

-----ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA UM DE FEVEREIRO DO ANO DE
DOIS MIL E SEIS:-----

-----Ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago” em Odemira, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo e da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo quarto, da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----Ponto um: Aprovação Definitiva – Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Concelho de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----Ponto dois: AMBIENTE.-----

-----ABERTURA DA SESSÃO-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado a presença de trinta e três membros da Assembleia Municipal, a saber os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira

Gonçalves, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Manuel Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Diogo Castanheira Vilhena, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando José Romão da Silva Valério e Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores José Alberto Silva Oliveira, Vice-Presidente da Câmara Municipal, em substituição do senhor António Manuel Camilo Coelho (Presidente da Câmara Municipal), Cláudio José dos Santos Percheiro e Abílio José Guilherme Bejinha, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que explicou que a presente sessão tinha sido solicitada a requerimento dos elementos do Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal, para debater a problemática “Ambiente”. Posteriormente foi remetida a cada membro da Assembleia Municipal uma adenda ou aditamento à Ordem de Trabalhos que tinha por base uma alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Concelho de Odemira.-----

-----Referiu ainda que, com base na informação prestada pela Câmara Municipal, na qual referia que o assunto tinha sido aprovado por unanimidade na reunião do Executivo Municipal

e propunha o seu urgente agendamento para a presente sessão, entendeu que não haveria problema em aditar o assunto. Em face do exposto, perguntou aos presentes se entendiam que se deveria debater na presente sessão, a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Concelho de Odemira.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, foi deliberado por consenso ratificar o aditamento à Ordem de Trabalhos.-----

-----**I- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** APROVAÇÃO DEFINITIVA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO CONCELHO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta, que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

-----“APROVAÇÃO DEFINITIVA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO CONCELHO DE ODEMIRA:- Foi presente o assunto referente à aprovação definitiva da Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Concelho de Odemira, com base na Informação n.º 3/06, datada de 04.01.06, da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, a qual foi aprovada em projecto, publicada no D.R. n.º 148, II Série, n.º 216, datado de 10.11.05, através do Aviso n.º 7590/2005, e objecto da rectificação n.º 711/2005, publicada em Diário da República, II Série, n.º 231, Apêndice n.º158, datado de 02 de Dezembro.-----

-----Apreciado o assunto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo, posteriormente, ser enviado à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação final.-----

-----Foi apresentada declaração de voto dos Senhores Vereadores da CDU, os quais consideraram esta alteração insuficiente.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicitou explicações relativamente à alteração em causa.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira que informou que o regulamento dividia-se em duas grandes classes de valores a contribuir pelos requerentes, uma tinha a ver com as taxas e a outra tinha a ver com as compensações urbanísticas. Disse ainda que a presente alteração tinha a ver com as compensações urbanísticas, cujo valor iria baixar.-----

----Explicou também que haveria lugar a uma compensação, como exemplo, se pretendessem construir uma habitação sem estacionamento numa zona consolidada. Nesse caso, tendo em conta a portaria nacional, haveria lugar a uma compensação para que o Município pudesse fazer esse estacionamento noutra local. Considerou também que se tratava de um valor elevado e que ultrapassava o razoável e, por esse motivo, estavam a efectuar a presente correcção, porque era desmotivante para quem fosse levado a reconstruir habitações em zonas consolidadas e em zonas antigas.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que o facto de não existirem exemplos práticos que se pudessem traduzir em comparações entre as fórmulas inicialmente propostas e as actuais, dificultava muito o entendimento por parte dos presentes. Disse ainda que discordava que a construção de uma habitação numa aldeia, numa zona consolidada, em que não havia o problema de estacionamento, nem necessidade de construir uma garagem, o requerente fosse tratado de igual forma como se tratasse de uma zona urbana.-----

----Por último, sugeriu que na próxima vez que o presente assunto fosse remetido à Assembleia Municipal, houvesse um estudo mais apurado, com exemplos práticos, para que todas as pessoas compreendessem e vissem o que cada alteração repercutia na prática.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que referiu que apesar dos regulamentos serem

colocados à discussão pública, a maior parte das pessoas não tinham conhecimento dos mesmos. Considerou que o regulamento deveria ser alterado com outra profundidade, com outro tipo de discussão onde pudessem ser ouvidas as pessoas, nomeadamente os construtores, porque eram também parte envolvida e normalmente eram vistos como “o bicho papão”, mas que faziam parte de uma actividade económica muito importante para o concelho de Odemira.--

-----Por último, disse que a alteração em causa tinha vindo à presente sessão com carácter de urgência, para desbloquear alguns processos pendentes, porém gostaria que ficasse o compromisso de que, posteriormente, o presente regulamento seria alvo de uma alteração com mais profundidade.-----

-----Interveio o senhor Fernando Encarnação que considerou que deveriam existir exemplos práticos para melhor compreensão do assunto em causa. Solicitou ainda esclarecimentos sobre o seguinte caso prático: “Na casa onde o senhor Joaquim do Vale Palhete em tempos teve a sua oficina, por detrás dos correios, apresentaram um projecto na Câmara Municipal de Odemira que previa um estabelecimento comercial no rés-do-chão e dois fogos no primeiro andar, e só em taxas face ao anterior regulamento, tinham de pagar trinta e cinco mil contos”.-----

-----Em face do exposto, perguntou que valor teria de pagar o requerente com a alteração em causa, considerando que seria uma forma de verificar até onde se tratava de uma alteração significativa.-----

-----Interveio o senhor Raul Tomás que considerou que se tratava de um assunto de extrema importância para o concelho, pelo que deveria ser bem estudado e analisado, porque envolvia valores. Considerou também que a estrutura do diploma em causa tinha dois aspectos completamente diferentes, um tinha a ver com o cálculo das taxas e das compensações urbanísticas e outro tinha a ver com as regras de edificação, regras soltas que também mereciam uma análise por parte da Assembleia Municipal, porque parecia que um arquitecto tinha imposto certas regras que também tinham passado despercebidas.-----

-----Disse também que não ia criticar os resultados do modelo, mas iria atacar o próprio modelo, porque na sua opinião estava profundamente errado.-----

-----Quanto às compensações urbanísticas, disse que tinham por base uma portaria nacional que definia regras para a largura das vias, para o número de lugares de estacionamento, para a área de equipamentos (jardins, parques infantis) e que impunha medidas mínimas e critérios objectivos que, se não fossem cumpridos, os proprietários teriam de pagar uma verba ao Município de acordo com o número um do artigo trinta do regulamento em causa.-----

-----Disse também: “Quando não se cumpre o numerário de estacionamento, a Câmara Municipal arroga-se ao direito de cobrar uma verba que chama compensação, transformando-a em dinheiro e não se vê obrigada a investir essa verba na construção de estacionamento, porque essa receita entra no bolo e desaparece, vai para festas e para o que for preciso”. Ainda sobre este assunto disse que não entendia o porquê da Câmara Municipal não afectar as compensações urbanísticas a uma verba única que mais tarde se pudesse ver investida em obra. Considerou que o dinheiro não podia ser desviado para outros usos, e bem assim informou que não tinha visto em orçamento nenhuma verba resultante das receitas das compensações, bem como nenhuma despesa proveniente das mesmas.-----

-----Considerou também bastante grave, o facto de nunca se saber, a não ser quando se estava na versão final do projecto, qual era a incidência das taxas em questão, por metro quadrado de lote vendável, referindo ainda que ninguém iria investir num local onde não se sabia quanto iria pagar.-----

-----Referiu também: “Vejo que existe aqui um coeficiente que onera o valor da compensação a pagar que tem a ver com o número de infraestruturas executadas (rede de águas residuais, rede de águas pluviais) e todas têm o mesmo peso. Não vejo aqui nenhum item que inclua o arruamento. Porque é que no modelo, não entra também o arruamento como infraestrutura na ponderação e no agravamento do coeficiente que entra na fórmula do cálculo da compensação

urbanística?”-----

-----Alertou ainda os presentes para que tivessem cuidado com o regulamento em causa, mesmo com a alteração, porque ela apenas ia fazer uma pequena redução, enquanto que o grande problema continuava no modelo, o que levava os investidores a deixarem de construir em Odemira, aumentando o desemprego.-----

-----Por último, sugeriu à Câmara Municipal que fizesse um levantamento comparativo dos processos e licenças, principalmente em loteamentos, emitidos antes e depois da alteração do regulamento em causa. Referiu ainda que discordava que os particulares que tinham dado entrada dos projectos anteriormente à entrada em vigor do novo regulamento, fossem penalizados por “culpa da lentidão da Câmara Municipal e das decisões de gestão autárquica que protela o licenciamento dos loteamentos por meses”. Disse ainda: “É fácil saber porque é que os documentos ficavam nas secretárias parados (...) Isto carece de gráficos e de uma apresentação muito detalhada, porque apesar de eu estar metido neste meio, eu compreendo que a maioria da Assembleia Municipal não está e não pode ser levada a acreditar que lhe estão a prometer uma coisa boa. Já há muito tempo, isto é razão para o Partido Socialista ter perdido as eleições, só que a maioria dos promotores imobiliários não têm um peso tão grande assim no concelho. A minha proposta é que não se passe por cima deste assunto e que se estude isto com cuidado”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “Consideramos que esta alteração era muito insuficiente face ao regulamento que está em vigor, no entanto votámos a favor porque compreendemos a paralisação que existe neste momento no concelho há mais de dois anos (não há nenhum alvará de licenciamento passado e emitido pela Câmara Municipal), (...) em que as pessoas estão perfeitamente com a corda à garganta”.-----

-----Considerou ainda que o regulamento em causa tinha uma quantidade de artigos contraditórios na sua aplicabilidade e inclusivamente tinha um artigo que consideravam

inconstitucional. Disse também que o regulamento tinha sido elaborado segundo uma “visão muito técnica em termos arquitectónicos”, que não tinham visto que, na prática, isso traduzia-se numa impossibilidade de aplicabilidade.-----

----Revelou ainda que, no anterior mandato, a Câmara Municipal tinha resolvido o problema da sua não aplicação em relação aos loteamentos municipais, através de uma deliberação na qual isentavam o Município do pagamento. Ainda sobre este assunto, considerava que se tratava de uma deliberação nula, porque não tinha sido ratificada pela Assembleia Municipal.---

----Discordou ainda que o regulamento em causa seguisse a filosofia “poluidor/ pagador”, nomeadamente quando obrigavam os particulares a pagar, quando se verificava que era impossível cumprir as regras da portaria nacional.-----

----Por último, informou que a redução proposta ainda era insuficiente, referindo que no caso prático apresentado pelo senhor Fernando Encarnação, o valor seria inferior cinco vezes. Sugeriu também que na presente sessão fosse indicado um prazo razoavelmente curto para que fosse efectuada uma alteração profunda no regulamento em discussão.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que considerou que o regulamento “jamais estaria acabado”, e bem assim informou que ele tinha tido um contributo grande da Associação Nacional de Municípios Portugueses que tinha elaborado um regulamento base e enviado a todos os Municípios.-----

----Referiu também que a portaria nacional estava em vigor e referia exactamente quais eram os termos em que as construções deveriam ser aplicadas. Considerou que o regulamento deveria ser visto mais a fundo, talvez por uma comissão alargada, com pessoas da área. Referiu ainda que o regulamento tinha por base a classificação dos aglomerados urbanos e rurais constantes no Plano Director Municipal e verificava-se na prática que nem sempre tinha lógica a aplicação das taxas municipais de urbanizações e as compensações urbanísticas.-----

----Disse também que as compensações sempre tinham existido, porém o valor das taxas não

tinham acompanhado a inflação ao longo dos tempos.-----

----Em relação às aprovações dos projectos, disse: “Eu já estive do lado dos projectistas e neste momento estou no lado dos que aprovam os projectos. Muitas vezes atribui-se a culpa aos técnicos da Câmara Municipal de coisas que jamais eles são culpados. Também é da responsabilidade de quem faz os projectos saber o que está a fazer e muitas vezes os projectistas apresentavam soluções à Câmara Municipal que em qualquer País mais evoluído daria uma queixa à ordem, porque sabendo que não podem fazer determinadas situações que estão contempladas nos planos, insistem com elas e andam tempos para aprovação da solução que querem fazer. Hoje as coisas têm outras regras”.-----

----Referiu ainda que, por diversas vezes, eram assacadas culpas à Câmara Municipal de demorar em aprovações de processos que andavam a recolher pareceres de outras entidades que levavam meses para os emitir.-----

----Em relação à aplicação das verbas, informou que actualmente a receita era não consignada, mas não era gasta em festas. Desafiou ainda os presentes a fazerem a proporção das verbas gastas em festas e aquelas que eram gastas em investimento produtivo e em infraestruturas.-----

----Por último, disse: “Concordo que estas fórmulas deveriam permitir uma maior sensibilidade das pessoas, têm que permitir uma maior leitura e possibilidade da pessoa perceber quais são os valores que estão em causa. Fica aqui a garantia que muito proximamente estará em discussão não só na Câmara Municipal, mas provavelmente até para que se forme um grupo de trabalho que possamos vir a colher informações válidas para o presente regulamento.”-----

-----Interveio novamente o senhor Raul Tomás que informou que o modelo em causa não tinha sido testado convenientemente, nem por quem o tinha feito, nem por quem o tinha aprovado e isso trazia repercussões para todos. Considerou ainda que, com a informatização dos serviços, era oportuno quando um processo “saísse das mãos da Câmara Municipal” para

solicitação de qualquer parecer, o munícipe fosse informado.-----

----Por último, informou que tinha proposto na reunião da Câmara Municipal que os documentos de planeamento urbanístico (Plano Director Municipal, Planos de Pormenor, cartas de síntese) fossem colocados em cópias na Biblioteca Municipal para consulta, em horário publico, no entanto ainda não lhe tinham enviado qualquer resposta.-----

-----Interveio novamente o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou relativamente à cartografia, que tinham de ter muito cuidado com a informação que seria disponibilizada, porque questionava-se muito a qualidade da mesma. Referiu que não se tratava de um concelho pequeno e todo o pormenor e rigor que era necessário definir, nem sempre existia. Referiu ainda que esse trabalho estava a ser efectuado pela empresa “Litoral Digital”, que iria criar um portal onde essa informação seria disponibilizada em permanência aos cidadãos.-----

----Por último disse que, sempre que uma entidade era consultada, o requerente recebia um ofício a informar em que fase estava o processo. Disse ainda que o técnico do projecto poderia não conhecer esse facto, mas esse seria um problema de relacionamento entre técnico e requerente. Referiu também que: “gostaria que o problema não fosse colocado só de um lado”.-

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que propôs que se acertasse na próxima sessão da Assembleia Municipal, a forma e datas para se iniciar a discussão do regulamento.-----

-----Interveio novamente o senhor Raul Tomás que informou que o seu alerta tinha sido no sentido de verificarem o porquê do atraso dos processos que “andam de serviço em serviço e de secretária em secretária”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que, na sequência da intervenção do senhor Raul Tomás, disse que: “A não aprovação disto hoje, dá origem a que esteja em vigor o anterior. Sem esta alteração é que é então uma ruína para o concelho”.-----

-----Relativamente à questão da liquidação das taxas, informou que os processos tinham momentos próprios de entrada, análise, parecer, completamento, entre outros, porém a liquidação era referente ao que estivesse em vigor nesse momento. Quanto aos pareceres informou que os particulares também os poderiam solicitar nos termos da lei.-----

-----Por último, disse que não discordava que se remetesse uma cópia dos documentos de planeamento urbanístico para a Biblioteca Municipal, porque se tratavam de documentos públicos.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Maria da Piedade Barradas, apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Considerando que a 1ª versão deste Regulamento foi aprovada pela 1ª vez na CMO em 19/02/2003 e pela A.M. em definitivo na sessão de 30/06/2003;-----

-----Considerando que o mesmo Regulamento já foi alvo de 2 alterações avulsas e pontuais, uma em 2004 e outra nos finais de 2005;-----

-----Tendo em conta os constrangimentos que a aplicação do mesmo tem causado na construção civil neste concelho;-----

-----Tendo em conta a necessidade urgente de rever e melhorar este regulamento, por forma a que este se torne mais justo e menos penalizador;-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal consideram esta alteração

manifestamente insuficiente para colmatar as dificuldades criadas pela aplicação do mesmo e reclamam a sua urgente revisão.”-----

-----**Ponto dois:** AMBIENTE:-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que sugeriu que fossem apresentadas propostas de temas a debater, tendo em conta o limitado tempo para o debate.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou que o tema “Ambiente” era bastante amplo, pelo que deveria ter havido uma reunião prévia. Considerou que deveriam falar sobre os instrumentos que estavam em vigor, tais como o PROTALI, o POOC, o Plano de Ordenamento do Parque Natural, Rede Natura, o Regulamento do Ruído, bem como outras preocupações que tinham no concelho, a enormidade desses planos e o que eles estavam a fazer de constrangimento ao desenvolvimento do concelho, bem como daqueles que bem próximo tinham incidências graves, como a Plataforma Industrial de Sines.-----

----Considerou que deveriam também abordar a questão da Rede Natura, cujo documento a breve prazo teria aplicabilidade no concelho, entrando em vigor “à força”, sem que as Autarquias tivessem sido “ouvidas nem achadas”.-----

-----Interveio o senhor Raul Tomás que disse: “O problema é multifacetado e o bom seria começar sempre pelo princípio, pelos instrumentos jurídicos, pelos esclarecimentos das pessoas que aqui estão e são eleitas e depois apareciam outras luzes. Eu propunha que quem mandou este tema que apresente um índice para que possamos seguir uma metodologia.”-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou que o tema “Ambiente” era muito vasto, no entanto considerava que deveriam abordar o tema “Água”, pois tratava-se de uma questão mais simples que dizia respeito a todos, e bem assim considerava que ela seria uma das futuras guerras das próximas décadas.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que informou que a presente sessão tinha sido

convocada por alguns membros do Partido Socialista, porque legalmente não era necessário serem todos, e bem assim tinham pensado em debater questões relacionadas com o tratamento de lixos e água.-----

-----Considerou também que a questão dos planos sugerida pelo Vereador Cláudio Percheiro era importante, porém considerava que se tratava de uma matéria que teria mais a ver com planeamento e ordenamento.-----

-----Por último, disse que o “Ambiente” seria apenas o primeiro tema sugerido e que a ideia seria debater muitos outros assuntos.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que considerou que a questão do “Ambiente” era vasta e poderia abranger diversas áreas do Município. Disse ainda que a questão do ordenamento estava mais ligada ao senhor Presidente da Câmara, e bem assim informou que o tinham convocado para falar de Ambiente, mais vocacionado para as áreas da educação ambiental, dos resíduos, das águas e dos esgotos.--

-----Por último, informou que a questão do ordenamento relacionada com a Rede Natura, iria ser alvo de uma sessão pública a curto prazo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que interrompeu a sessão para intervalo, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste órgão, pelas vinte e duas horas e vinte e quatro minutos, para que cada representante das forças políticas, por consenso, fizesse o enquadramento dos temas a debater.-

-----Pelas vinte e duas horas e quarenta e dois minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou sobre a metodologia que seria adoptada para o debate do tema Ambiente, onde iriam abordar os temas: Resíduos Sólidos, Águas e Esgotos.-----

-----Foi então dada a palavra ao senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara

Municipal de Odemira que fez o enquadramento geral do tema, referindo que as transposições das directivas comunitárias sobre questões ambientais eram, cada vez mais, pertinentes e insistentes relativamente à gestão Autárquica.-----

----Em relação ao **Resíduos**, disse que entre mil novecentos e noventa e um, a Autarquia de Odemira tinha começado a estudar o problema de forma intermunicipal através da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Em mil novecentos e noventa e três, revelou que tinha sido elaborado um plano com a intenção de encontrar uma resolução para os lixos e em mil novecentos e noventa e seis, tinha sido publicado pelo Governo Central, um Plano Estratégico Nacional que tendia em resolver definitivamente o problema das lixeiras e implementar um sistema credível que responsabilizasse o produtor.-----

----Referiu que em mil novecentos e noventa e seis, a Associação de Municípios do Litoral Alentejano, tinha lançado um concurso para a construção de um aterro que convidava todos os presentes a visitar as respectivas instalações, para avaliarem o investimento e o esforço que eram necessários suportar. Disse que o aterro tinha sido financiado em setenta por cento pelo Quadro Comunitário de Apoio e o sistema englobava os Municípios do Litoral, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.-----

----Referiu também que os lixos produzidos no concelho iam para a Estação de Transferência do Telheiro e dali eram encaminhados em camiões de trinta toneladas para o aterro, suportando o Município, por cada tonelada, cerca de vinte e cinco euros. Revelou ainda que o valor, por tonelada, somado com toda a produção do concelho era o equivalente ao que o Município facturava anualmente com a tarifa dos resíduos sólidos que era cobrada junto ao recibo da água. Quanto à recolha que era feita dentro do concelho para a Estação de Transferência do Telheiro, os carros do lixo, os contentores, os circuitos que faziam, ainda era suportado pelas receitas do Município e rondava os cinquenta euros, por tonelada.-----

----Em relação às **Recolhas Selectivas**, referiu que tinha sido um sistema lançado também pelo

sistema intermunicipal, cuja segunda versão tinha entrado em vigor em Junho do ano transacto. Revelou ainda que existiam muitos locais que ainda não tinham ecopontos, porque o sistema ainda era muito jovem, no entanto estava no momento a ser reavaliado. Revelou ainda que se tratava de um sistema com custos muito elevados, ascendendo a tonelada de resíduos reciclados a trinta euros, mas tratava-se de uma norma que tinha sido imposta pela Comunidade Europeia que obrigava, até dois mil e onze, a atingir níveis de resíduos produzidos para reciclagem na ordem dos sessenta por cento e Portugal ainda andava muito atrasado.-----

-----Considerou que a reciclagem tocava a todos e todos seriam poucos para ajudar, para que ela fosse cada vez melhor e com maior eficácia. Disse ainda que tinham recentemente lançado uma campanha intitulada “Ajudem-nos a Crescer”, cuja documentação poderia ser obtida junto da AMBILITAL e apelou à mobilização das pessoas para essa questão.-----

-----Em relação aos Resíduos da Construção e Equiparados, informou que havia, no momento, um conjunto de soluções, umas já implementadas e outras a serem preparadas. Referiu que junto da Estação de Transferência do Telheiro, havia uma Estação de Recepção e Armazenamento de Recicláveis, onde os produtores poderiam depositar os resíduos separados, sem qualquer custo adicional. Quanto aos inertes, referiu que poderiam ser reutilizáveis na construção, usados para caminhos ou poderiam contactar o Município para eventual indicação.-

-----Disse ainda que: “Há, neste momento, uma outra oferta, mas é também necessário haver uma consciencialização. Quanto mais material receberem nas infraestruturas, menor será o custo total da factura que todos pagamos. Sempre que tenham dúvidas sobre o que fazer a um determinado material, contactem a Divisão de Ambiente do Município ou a AMBILITAL que também tem página na Internet”.-----

-----Em relação a Águas e Esgotos, referiu que, no momento, a Comunidade Europeia começava a obrigar os Municípios a se organizarem em sistemas intermunicipais, deixando de existir uma gestão municipalizada, o que modificava completamente, não só o conceito, mas

também o relacionamento da Autarquia com os municípios.-----

----Informou que nesse processo das águas apenas estavam os cinco Municípios do Litoral Alentejano, e bem assim referiu que recentemente tinha sido criada a empresa Litúguas que teria a função de gerir os investimentos que ao longo dos próximos dois anos estavam previstos. Disse também: “Vamos ser obrigados a transformar os preços reais dos bens em receitas obtidas pela prestação dos serviços, ou seja a água obviamente vai ser mais cara”.-----

----Informou ainda que a Comunidade Europeia não disponibilizava verba para sistemas municipais, tinham de ser intermunicipais ou multi-municipais.-----

----Revelou ainda que: “Vamos deixar de se preocupar com o comum da melhoria da Etar A, B ou C que vinha no Plano de Actividades da Câmara Municipal do ano tal, porque muitos destes investimentos saem portas fora das Câmaras Municipais, aparecem agora nos Planos Intermunicipais e são investimentos que dependem em grande medida de disponibilidades de fundos comunitários e de parcelas do Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal.--

----Tem uma primeira preocupação que é o abastecimento com água de qualidade às freguesias do interior que têm mais necessidades, mas estes sistemas não ficam apenas pelos sistemas do interior. A estação que serve Vila Nova de Milfontes será a do Almogrove que será melhorada; a estação de São Teotónio será completamente melhorada e alterada e servirá também Odemira e Boavista; a de Odemira e Boavista ficará de reserva para qualquer eventualidade e deixará de funcionar, porque a captação naquele canal não é suficiente. A estação de Santa Clara-a-Velha e Sabóia será profundamente alterada e servirá para abastecimento a toda a zona interior do nosso concelho. A estação de Longueira e Almogrove passará a levar água também para o Cercal”.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou interessante a ideia de visitar o aterro e lamentou que o tempo para debater o Ambiente fosse tão limitado.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que perguntou como fariam o encaminhamento

dos electrodomésticos estragados. Disse também: “É frequente, todos nós vemos, quando vamos pelas estradas ou quando paramos, aqueles montes abomináveis de lixo de toda a espécie. Penso que quem o faz está sujeito a multa, mas como não anda um policia atrás de cada pessoa, eu perguntava se a Câmara Municipal teria pensado em alguma campanha de sensibilização, porque as pessoas têm que se ir educando aos poucos”.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que perguntou sobre a solução que se poderia dar aos chamados “montes dispersos”, dentro da zona do Parque Natural, onde as pessoas precisavam de abastecimento de água e recolha de esgotos. Disse ainda que: “as pessoas convivem paredes-meias com furos de abastecimento de água para consumo humano e têm as fossas que nem sempre são devidamente construídas e que põem em questão a própria qualidade de vida e saúde das pessoas”.-----

-----Referiu também que a “célebre fossa do Castelão” estava a escorrer para o ribeiro e conseqüentemente a inquinhar os poços das pessoas que não tinham rede de água construída. Disse ainda que a única solução de abastecimento dessas pessoas era apenas uma fonte de abastecimento de água que a Junta de Freguesia continuava a pagar a água.-----

-----Por último, disse: “Para estas situações gostava de saber se a solução se avizinha, uma vez que estas não estão abrangidas pela empresa intermunicipal. Parece que em termos de reposição dos lençóis freáticos, as coisas ainda não estão devidamente acauteladas para o próximo verão. Continuamos com problemas de abastecimento principalmente na Carrasqueira e no Vale Bejinha, que ainda não temos perspectivas de resolver e continuamos a transportar água às pessoas da Carrasqueira e não tivemos nenhuma contribuição de lado nenhum.”-----

-----Interveio o senhor Fernando Encarnação que considerou que a distribuição dos ecopontos em Odemira era insuficiente. Disse também: “Odemira é grande, há quem procure efectivamente cumprir, mas vê-se impossibilitado disso por serem poucos e quando lá se chega está cheio e resolvem, muitas vezes, voltar a colocar o lixo que já foi seleccionado em casa,

dentro dos contentores normais do lixo”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou, relativamente aos lixos, que tinha sido feito um estudo para tentarem acabar com as lixeiras dentro das freguesias e tentar concentrá-las num aterro que se localizou no Telheiro, porque o citado estudo propunha um local central de cerca de vinte e cinco quilómetros para transporte do lixo, para uma diminuição de custos.-----

----Disse também que a empresa intermunicipal para o fornecimento de água apenas faria investimentos em “sistemas em alta”, ou seja o fornecimento desde a captação até ao depósito. Referiu ainda que a água iria ficar mais cara, pelo que considerava que deveria haver uma maior comparticipação para aqueles que mais necessitam, nomeadamente através de um regulamento que definisse as regras, uma vez que o concelho tinha problemas sociais graves, havia muita desertificação e era necessário trazer e fixar mais pessoas.-----

----Informou também que os sistemas eram intermunicipais, porque era uma forma dos Municípios controlarem a aplicação das respectivas tarifas.-----

----Referiu ainda que, apesar da central de transferência já ter acolhido a possibilidade de recolher alguns inertes, haviam outros problemas que deveriam ser resolvidos, nomeadamente a questão dos óleos, os carros velhos e electrodomésticos, referindo que os últimos já tinham sido objecto de um projecto para um centro de recolha que se situaria em Aljezur, mas que não tinha sido aprovado pelo Parque Natural.-----

----Por último, considerou que a campanha anunciada pelo Vice-Presidente deveria ser efectuada junto das escolas, porque as crianças eram um grande portador para os pais, para além de eles próprios ficarem consciencializados para a questão ambiental, e bem assim junto das praias, na época balnear, lembrando que iam deixar de ter o protocolo com as reclusas, mas poderiam estabelecer um com os jovens, através de programas de juventude.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de

Odemira, que relativamente aos electrodomésticos, disse: “O problema base tem a ver com a dimensão territorial do concelho, há pessoas que não se importam de andar vinte quilómetros com o resíduo, desde que exista local apropriado para o colocar e seja dado o devido tratamento e há pessoas que se tiverem de andar dez metros já é muito”.-----

----Informou também que no Telheiro já poderiam deixar esse tipo de resíduos, porém haviam regras que teriam de ser observadas, nomeadamente a quantidade e o horário da Estação de Transferência. Disse ainda: “O lixo não é um problema dos outros, o lixo é um problema de quem o produz e todos nós temos que ajudar a resolver este problema que começa a ser resolvido na atitude que temos.”-----

----Quanto ao lixo nas bermas das estradas, considerou que a solução passava pela mentalidade de cada um, e bem assim disse que limpavam porque dessa forma as pessoas não tinham tendência a jogar mais lixo. Referiu também que as placas informativas eram pertinentes, mas não poderiam colocá-las em cada curva.-----

----Referiu ainda que o pessoal do lixo queixava-se muito do acondicionamento do lixo nos contentores que, cada vez mais, andavam sujos e cheiravam mal. Disse também que tinham mil e trezentos contentores no concelho e não poderiam andar a limpá-los todos os dias.-----

----Em relação à fiscalização, informou que a Guarda Nacional Republicana tinha a “Brigada Verde“, composta por quatro homens e havia também a fiscalização do Município de Odemira, mas num concelho com a grandeza como o de Odemira, seria fácil esconder o lixo, considerando que passava mais por um problema de consciência de cada um.-----

----Referiu ainda que o Castelão e o Vale Bejinha estavam contemplados num Plano de Investimento e que a muito breve prazo seriam lançados os respectivos concursos, não havendo garantia de financiamento comunitário em relação ao Vale Bejinha. Disse ainda que iam colocar a Etar no Castelão, durante a primavera.-----

----Em relação aos ecopontos, informou que tinha sido publicado um despacho do senhor

Ministro do Ambiente que fazia publicar um Plano de Intervenção para a problemática dos resíduos sólidos em Portugal, dando um mês aos Municípios para apresentarem uma pré-candidatura dos equipamentos que necessitavam, porque estavam atrasados nas metas a atingir, indicadas pela União Europeia. Ainda em relação a este assunto, disse que pretendiam inclusivamente juntar sistemas, porque os actuais não eram rentáveis e propunham juntar quatro sistemas agregados desde Montemor a Mértola e até ao Litoral, o que discordava plenamente.-----

----Revelou ainda que já estava em concurso uma agregação para os bio-degradáveis e propunham juntar quatro sistemas, ficando a zona do concelho ligada a Beja.-----

----Por último, disse que os ecopontos não eram da Câmara Municipal, mas sim do sistema intermunicipal e eram eles que os recolhiam. Disse ainda que o que estava a dar algum resultado era a viatura que fazia a recolha ciclicamente dos monos (frigoríficos, colchões, entre outros), bastando apenas o utente telefonar para a Divisão do Ambiente.-----

----Em relação aos carros em fim de vida, informou que havia uma fileira que estava disponível para receber os carros. Disse que os carros iam ser recolhidos para um interposto perto da Boavista dos Pinheiros, onde seria verificado o cumprimento das normas e formalidades, para posteriormente serem entregues nas fileiras.-----

-----Interveio o senhor Engenheiro António Samora, que se encontrava no público e que disse:” Sou agricultor e sou representante de uma das Associações de Agricultores. Fiquei deveras agradado em saber que em relação à construção civil, os resíduos já estão a ser tratados na estação, mas eu gostava de lembrar que estamos num concelho maioritariamente de agricultores, em que os agricultores têm problemas gravíssimos com a entrega dos resíduos (sacos das rações, plásticos). (...) Talvez sejam os agricultores os mais penalizados, porque já estão a ser fiscalizados.-----

----Aquilo que eu gostava de saber era em que ponto é que as coisas estão e gostava de lembrar

que, evidentemente as grandes empresas aqui da zona têm sistemas próprios, mas a maioria dos agricultores do concelho de Odemira são pequenos e médios agricultores.”-----

----Revelou ainda que normalmente os agricultores levam a Ermidas do Sado uma pequena quantidade de plásticos para conseguirem um justificativo de entrega, para não serem penalizados pela Comunidade Europeia e enterravam o restante. Disse também que as brigadas do ambiente faziam inspecções às propriedades, intimidavam e passavam autos aos agricultores, considerando que em vez de terem um papel educativo, tinham um papel punitivo”.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou que, em tempos, tinha havido um projecto para esse efeito elaborado pela Taipa, mas que não tinha tido “luz verde” da parte da Administração Central, porque entendiam que não haviam garantias que esse material chegasse em condições para serem reciclados.-----

----Disse ainda que estava a ser feito um estudo para a criação de uma célula específica para esse tipo de resíduos na Estação de Transferências do Telheiro.-----

----Por último, disse: “Os plásticos, há um passivo ambiental tremendo, ainda da ex-Odefruta e agora podemos ver um espectáculo (não sei como o Parque Natural permite) no Malavado, em que todo aquele terreno foi triturado, vedado e os plásticos estão lá de qualquer maneira e ninguém diz nada”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “A ideia deste tema era um pouco percebermos a estratégia do concelho de Odemira nestas empresas intermunicipais do Litoral Alentejano a propósito das águas, dos esgotos, dos resíduos, etc. Dado que, de facto, parte das zonas abrangidas também são áreas do Parque Natural e sabendo-se que não tem sido muito feliz, a articulação entre as Câmaras Municipais e o Parque Natural, eu pergunto, se a nível intermunicipal, se está previsto termos alguma estratégia no sentido de saber quem é que, em termos de resíduos, de águas e de esgotos, tem competência na matéria”.-

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que disse: “Às vezes passa um pouco a ideia de que as Câmaras Municipais e o Parque Natural estão de costas voltadas ou pelo menos têm passado essa ideia relativamente a outras Câmaras Municipais. O facto de que nós não concordamos com uma estratégia ou, muitas vezes, com a forma como o Parque Natural se gere ou se relaciona com a população, não significa que nós não possamos dialogar e tentar chegar a resolver algumas questões. Nós temos reunido sistematicamente quanto a algumas intervenções no litoral, tentado resolver as coisas.-----

----O que é gritante é que o Parque tem regras, o Parque proíbe, impõe e depois não nos dá nada em troca”.-----

----Disse ainda que, nos resíduos, a competência da Câmara Municipal abrangia apenas os resíduos sólidos urbanos e equiparados, pelo que os resíduos provenientes da actividade agrícola seriam da competência do Ministério da Agricultura, do Instituto de Resíduos e também do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.-----

----Considerou que cabia ao Parque Natural a responsabilidade relativamente aos resíduos agrícolas, no entanto dada a fragilidade dessa instituição, não passaria por lá a solução.-----

----Por último, referiu que na questão dos resíduos da agricultura, o problema tinha a ver com uma “abertura legislativa”, para que o aterro do Litoral os pudesse receber.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro, que disse: “Neste concelho já se gastou muito dinheiro em muitas propostas concretas, que depois não têm exequibilidade, não por culpa dos agricultores ou da Autarquia, mas sim sempre da parte ligada à Administração Central e Regional que não tinha acolhido estas propostas. Isto é caricato!-----

----Pergunta-se: Mas o Parque Natural nas suas atribuições e competências são só proibitivas? Onde está a colaboração? Onde está, de facto, aquilo que se pretendia com a criação de uma área de paisagem protegida? Pretendia-se que se preservasse e que houvesse um equilíbrio entre todas as forças e, afinal, o que se verifica é o contrário”.-----

-----Revelou também que o Parque Natural, no momento, encontrava-se numa situação financeira difícil e, bem assim referiu que não se compreendia que existissem esse tipo de estruturas, que deveriam ser descentralizadas da Administração Central, porém na realidade isso não se verificava, uma vez que não tinham competência nem orçamento próprios.-----

-----Disse ainda que as pequenas povoações apenas poderiam ter investimentos relativos às infraestruturas em causa, a custos da Autarquia.-----

-----Por último, referiu que o litoral do concelho estava preservado, não pelo facto de existir um Parque Natural, mas pela mentalidade das pessoas residentes e dos eleitos do Município. Considerou também que os eleitos deveriam reivindicar junto da Administração Central, para que o Plano de Ordenamento fosse revisto de maneira a que viesse a existir um novo plano de investimentos na zona.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou que algumas das pequenas povoações iriam ter financiamento, como qualquer aglomerado independentemente de se encontrarem inseridas na zona do Parque Natural. Informou ainda que tinham conseguido financiamento para o Castelão e Algoceira.-----

-----Considerou também que existia um défice e ninguém “olhava” para a recomendação que referia que: “excepcionalmente quem vivia em Parque Natural teria essas infraestruturas feitas, porque seriam investimentos considerados prioritários”.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que solicitou esclarecimentos acerca da conduta de água da barragem de Santa Clara-a-Velha que iria abastecer o Algarve, e bem assim questionou sobre as consequências que poderiam advir para o abastecimento ao concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou que tinha recebido um ofício da empresa mandatada pelo Instituto da Conservação da Natureza, para fazer o estudo de impacto ambiental da conduta que iria levar água da Barragem de Santa Clara-a-Velha para o Algarve, no qual solicitavam informações acerca dos impactos,

das infraestruturas e das necessidades que o Município pudesse ter na zona abrangida pela conduta em causa.-----

----Revelou ainda que, após análise da questão, estavam a fazer um inventário da zona e iriam solicitar o abastecimento de duas povoações (Pereiras-Gare e Nave Redonda) que não estavam contempladas no sistema intermunicipal. Disse também que a conduta era inevitável, a decisão era autónoma da Câmara Municipal e que se destinava a regularizar caudais.-----

----Por último disse que não haviam razões para temer o futuro relativamente ao abastecimento de água ao concelho proveniente da barragem de Santa Clara-a-Velha.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “A Associação de Beneficiários do Mira gere a água no Perímetro de Rega do Mira (...) Eu ouço, às vezes, referências a questões de preços de água, épocas de crise, como são as prioridades?”-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou que “às vezes há uma ideia pré-concebida do que estamos a ver, mas há tecnicamente uma razão que impossibilita outra utilização da água” e deu como exemplo o canal do Rogil que tinha um ramal com grande desperdício de água. Considerou que, na altura, a Associação de Beneficiários do Mira não tinha feito nada para defender a sua imagem, porque na realidade o que se passava era apenas uma questão técnica. Revelou que: “A barragem de Santa Clara-a-Velha era gravítica por natureza, em que a água não poderia ser controlada de forma mecânica ou electrónica, pelo que tendia em correr para o ponto mais baixo, o que estava a acontecer.-----

----Considerou ainda que a solução para o presente caso passava pelo aproveitamento de água no final das escorrências, onde alguma saíria como caudal ecológico e outra seria bombada para outras utilizações.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou que se tratava de uma questão humanitária, porque “água é vida e o Algarve está sem água” e, bem assim revelou que para além disso iriam ter algum benefício com essa conduta.-----

-----Considerou ainda preocupante a nova Lei da Água que obrigava que quem estivesse a explorar água tivesse de pagar uma taxa ao Estado. Disse ainda: “Isso é que vai ser preocupante, porque o inventário em relação aos furos e aos poços, em que as pessoas não podiam abrir um furo sem o registarem, é para um controlo da água que está a ser retirada pelas pessoas, sem pagarem rigorosamente nada, para serem taxadas por isso”.-----

-----Por último, considerou que a questão das bombagens nas barragens era muito importante e informou que a Associação de Beneficiários do Mira já estava a utilizar esse sistema em algumas zonas, para aproveitamento do caudal de água com equilíbrio, em que não havia desperdício.-----

-----Em relação ao Rogil, informou que tinha sido apresentado um projecto para recuperação daquela água, que estava a escorrer para o mar sem qualquer aproveitamento, porém o Parque Natural tinha dado parecer desfavorável, o que era incompreensível.-----

-----Considerou também que: “Isto tinha a ver com a falta de sensibilidade dos técnicos e com a falta de contestação clara, inclusivamente junto dos tribunais europeus e dos órgãos do parlamento europeu.”.-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que, em tempos, numa reunião que teve com técnicos do Parque Natural, para encontrarem uma solução para a estrada da praia do Carvalhal na parte da freguesia de S. Teotónio, estes exigiram que na reparação da estrada fosse usado um material que desconhecia, pelo que, foi proposto que fosse o Parque Natural a fornecer o material e a Junta de Freguesia forneceria a mão de obra. Até à data o Parque Natural não forneceu qualquer material e não autorizou que fosse utilizado outro. O que considera caricato.-----

-----Por último, informou que no concelho de Aljezur, as estradas “velhas e de terra batida” estavam todas a ser alcatroadas, havendo algumas que não distavam quinhentos metros do mar. Em face do exposto, considerou que havia uma descoordenação nessa matéria, uma vez que

“uns eram filhos e outros enteados”.-----

-----Interveio o senhor Amâncio Piedade, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, que solicitou esclarecimentos acerca da nova Lei da Água.-----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou que Portugal tinha que emitir uma nova Lei da Água que desse corpo à respectiva directiva comunitária. Disse também que: “Essa nova estratégia da água tinha sido definida na célebre conferência de Lisboa, tínhamos sido nós a propor e fomos os últimos a implementar a estratégia e estamos a apanhar por tabela com isto. A primeira coisa que nos fizeram, foi dar-nos um prazo para que todas as captações subterrâneas fossem licenciadas”.-----

----Informou ainda que tinham cento e quinze captações que já tinham enviado e iriam pagar uma taxa anual por cada uma, em função do caudal. Informou também que os poços até dez metros de profundidade não precisavam de licenciamento, apenas de ser comunicada a sua existência.-----

----Por último, considerou caricato o facto de ter sido criada a área regional hidrográfica que na zona incluía os rios Mira, Sado e Guadiana, mas cuja sede era em Évora, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Revelou ainda que a nova Lei da Água tinha sido publicada sem ter havido qualquer discussão pública.-----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela

Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor do membro eleito pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros eleitos pela Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e cinquenta minutos.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----